

NEOLIBERALISMO E EDUCAÇÃO: ORIGEM, MOVIMENTO E RESISTÊNCIA

NEOLIBERALISM AND EDUCATION: ORIGIN, MOVEMENT AND RESISTANCE

Recebido em: 28/03/23

Aceito em: 01/07/2023

Darluce Andrade de Queiroz Muniz¹ 

Marcelo Soares Pereira da Silva² 

Lyvia Fernanda Leal³ 

Raquel Silva Borges⁴ 

Resumo: O presente texto tem como perspectiva analisar a influência do neoliberalismo como uma ideologia que coordena a educação pública moderna no cenário brasileiro e em países latino-americanos. Nesse sentido, as discussões se realizam a partir da compreensão e aprofundamento teórico acerca do papel do neoliberalismo para a consolidação do capitalismo, bem como na sua interferência direta na concepção de educação presente nas gestões educacionais no âmbito nacional, que, por conseguinte se ramifica para os estados subnacionais. Desta forma, esse texto se caracteriza a partir do referencial teórico de Harvey (2008), Ianni (1998), Gentili (1996; 2013), Freitas (2016; 2018; 2022) onde a partir de formações distintas discutem o modo como o neoliberalismo tem apresentado na sociedade contemporânea e, portanto, na educação. Como conclusão o texto apresenta que a hegemonia neoliberal apresenta uma corrosão do sistema público, retirando da escola pública o seu potencial educativo, a autonomia e a democracia, tornando-a como um espaço de formação que não considera o ser humano em sua totalidade. Entretanto, faz necessário ressaltar que esse processo apesar de amplamente difundido encontra um espaço de resistência por parte dos profissionais da educação que lutam por uma escola pública plural, democrática e de qualidade socialmente referenciada.

Palavras-chave: Educação; Neoliberalismo; Reformas educacionais.

Abstract: The present text aims to analyze the influence of neoliberalism as an ideology that coordinates modern public education in the Brazilian scenario and in Latin American countries. In this sense, the discussions are held from the understanding and theoretical deepening about the role of neoliberalism for the consolidation of capitalism, as well as in its direct interference in the conception of education present in educational management at the national level, which, consequently, branches out to subnational states. Thus, this text is characterized from the theoretical framework of Harvey (2008), Ianni (1998), Gentili (1996; 2013), Freitas (2016; 2018; 2022) where from different formations discuss how neoliberalism has perpetrated in contemporary society and, therefore, in education. As a conclusion the text presents that the neoliberal hegemony presents a corrosion of the public system, removing from the public school its educational potential, autonomy and democracy, making it as a training space that does not consider the human being in its entirety. However, it is necessary to emphasize that this process, despite being widely spread, is being resisted by education professionals who fight for a plural, democratic, and socially referenced quality public school.

Keyword: Education; Neoliberalism; Educational Reforms.

¹ Aluna do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia - UFU. E-mail: darlucea@hotmail.com

² Docente do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: marcelospsilva@hotmail.com

³ Aluna do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia – UFU. E-mail: lyvialeal85@hotmail.com

⁴ Borges Aluna do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia - UFU. E-mail: raquels_borges@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A conjuntura político-econômica da última década tem se caracterizado por meio de aspectos que causam relativa preocupação para os estudiosos progressistas, nesse sentido, as circunstâncias atuais se caracterizam pela ascensão da extrema direita, a consolidação de um modelo do capitalismo ainda mais predatório, o acirramento da implementação do neoliberalismo, com base em um modelo de desenvolvimento que implica em privatização, e todos estes fatores confluem para destruição do meio ambiente, crescimento das desigualdades sociais, esgotamento de recursos naturais e principalmente de criminalização das populações vulneráveis, refletindo de forma direta na garantia dos direitos referendados na Constituição Federal em seu Art. 5º, especialmente no que tange ao direito à igualdade e ao direito à vida.

O neoliberalismo em sua formatação atual tem como plano de fundo a consolidação do capitalismo como único modelo econômico vigente, em escala global, porém este tem se apresentado com elementos constitutivos de nazi-fascismo, que traz consigo um discurso acirrado contra o comunismo e liberalismo, pânico moral, racismo, defesa exacerbada do nacionalismo e do militarismo, governos totalitários, antissemitas e expansionistas (IANNI, 1998).

O neoliberalismo nesse sentido se apresenta como um modelo de organização da política, da economia e da sociedade que preza pelo individualismo, e em direção oposta à promoção do bem-estar social. Nesse contexto atual, ele se torna arena acessível para o desenvolvimento do nazi-fascismo, que atualmente tem aperfeiçoado os seus instrumentos, principalmente pelo uso das fakenews⁵, que nos últimos 5 anos têm sido utilizadas por forças ultraconservadoras para expandir um modelo político-econômico, que para além da consolidação do capitalismo, tem aprimorado as formas de extermínios de grupos e pessoas que se mantêm na resistência contra o fascismo (IANNI, 1998).

O que temos vivenciado na última década com a ascensão da extrema direita em escala global, com retóricas conservadoras, tem implicado em políticas autoritárias, que retiram dos indivíduos os direitos e a liberdade. Podemos elencar vários exemplos, mas acompanhamos, diariamente, a explosão de casos de racismos, misoginia e, principalmente, da subtração de direitos essenciais à vida das pessoas. Nesse sentido, não é possível pensar a educação e a escola

⁵ Termo utilizado para designar as mentiras ou desinformação divulgadas por meio das mídias de massas e nas mídias sociais.

desarticulada do sistema político, econômico e ideológico que permeia a vida do cidadão e das estruturas da sociedade brasileira.

A escola pública é um espaço aberto e plural que sofre de maneira direta e indireta as influências das mudanças que ocorrem no âmbito social e econômico. A influência direta se dá por meio da concepção de educação, de sociedade e de economia, vigente no imaginário nacional e na ideologia capitalista, de maneira *top down*⁶; e de forma indireta pela tessitura das inter-relações sociais que estão presente no âmbito cotidiano da escola que influencia a forma como a escola se organiza.

Deste modo, esse texto visa analisar a influência do neoliberalismo na constituição da educação pública moderna no cenário brasileiro, considerando e discutindo os seguintes pontos: o neoliberalismo e a ofensiva contra o Estado; o neoliberalismo e sua influência na educação; bem como apresentar como o “golpe jurídico-parlamentar-midiático” (SAVIANNI, 2017) que instituiu reformas educacionais que implicaram no desmonte da educação pública.

Nesse sentido, a análise empreendida aqui se baseou nas discussões de autores que tem se debruçado nos desdobramentos do neoliberalismo nas políticas públicas na educação e como estas impactam na oferta e na forma de se conceber a educação pública.

NEOLIBERALISMO E A DIMINUIÇÃO DO ESTADO

O neoliberalismo tem seu início nas primeiras décadas do século XX, no período de recessão econômica e quebra da Bolsa de Nova York, de 1929, e no contexto da segunda guerra mundial (1939-1945). Com seu processo de consolidação iniciado na década de 1970, a partir das gestões de Margaret Thatcher (Inglaterra) na década de 1970, e de Ronald Reagan (EUA) na década de 1980 (HARVEY, 2008). Nesse sentido, essa forma de pensar a política e a economia tinha como princípio colocar o capitalismo como único pensamento em escala global, instituindo assim a sua hegemonia, de modo globalizado. Nesse sentido, Ianni (1998) afirma que a globalização que se apresenta tem um único objetivo,

A globalização de que se fala em todo o mundo significa principalmente globalização do capitalismo, mas de um capitalismo no qual predomina o neoliberalismo, sempre combatendo duramente tudo o que é social tanto no socialismo como na social-democracia (IANNI, 2008, p. 112-113).

⁶ O termo utilizado refere-se ao quadro em que as decisões são tomadas de cima para baixo.

Para melhor compreendermos do que tratamos como falamos em neoliberalismo, vamos partir da definição apresentada por Harvey (2008),

O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio (HARVEY, 2008, p. 12)

Nesse sentido, o neoliberalismo se apresenta por meio de um discurso da liberdade individual, assim como, a teoria que o precede (liberalismo). Entretanto, existem algumas diferenças sutis entre estas duas teorias político-econômicas, sendo estas caracterizadas da seguinte forma: enquanto o liberalismo defende liberdade individual, livre mercado e um menor Estado, focando sempre na produção, o neoliberalismo defende um Estado ainda menor, o que chamamos de Estado mínimo, com privatizações, quebras de fronteiras, globalização da economia, e um mercado financeiro forte e lucrativo. Isso nos permite afirmar que o neoliberalismo é o adensamento de forma radical e nefasta da concepção liberal.

Em uma sociedade que tem como princípio o neoliberalismo a função do Estado é restrito, sendo o seu papel principal,

(...) criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade do dinheiro. Deve também estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, da polícia e legais requeridas para garantir direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados (HARVEY, 2008, p. 12)

Assim sendo, o papel do Estado deve estar restrito na oferta de segurança nacional, na infraestrutura necessária para que o mercado possa atuar sem empecilhos, por exemplo, na construção de rodovias e ferrovias para o escoamento da produção, nas demais áreas o Estado deve se retrair e deixar para que o livre mercado possa ofertar. O pensamento neoliberal tem se apresentando de forma hegemônica, e sendo defendido cada vez mais pelas pessoas dentro do senso comum, com a defesa que o Estado deve se retirar da atuação em diversos setores, ainda que essas áreas sejam as que ofertem o bem-estar social.

De acordo com Gentili (1996), Hayek 30 anos depois do lançamento das suas ideias encontrava-se indignado, por analisar que a intervenção estatal ainda era uma realidade, e que isso se “constitui em um sério risco para a liberdade individual e o caminho mais seguro para regimes totalitários, como o da Alemanha nazista e o da União Soviética Comunista” (p, 02).

Nesse sentido, para Gentili (1996) Hayek, como um dos defensores do neoliberalismo, tem a na defesa da liberdade individual a sua prioridade, colocando o coletivismo como um vilão, que não permite a competição e o livre mercado. Nessa perspectiva, a redução do papel do Estado advém do princípio de que ele é um mau gestor e que indivíduos livre da proteção do Estado podem ter mais êxito na vida.

Entretanto, os problemas advindos dessa incorporação do discurso hegemônico neoliberal trazem consequências ao que Harvey (2008) denomina de “destruição criativa”, causando um aniquilamento das instituições, da cultura e das relações, nesse sentido, ele afirma que essa destruição atinge,

não somente dos antigos poderes e estruturas institucionais (chegando mesmo a abalar as formas tradicionais de soberania do Estado), mas também das divisões do trabalho, das relações sociais, da promoção do bem-estar social, das combinações de tecnologias, dos modos de vida e de pensamento, das atividades reprodutivas, das formas de ligação à terra e dos hábitos do coração (HARVEY, 2008, p. 13).

Nessa perspectiva, o neoliberalismo defende que o bem-estar dos sujeitos ocorrerá quando todos os homens tiverem acesso a todas as potencialidades do mercado, para isso, se faz necessário que se maximize a frequências das transações do mercado (HARVEY, 2008). No entanto, o modo como o neoliberalismo é operacionalizado, principalmente nos países periféricos, ao contrário do que é apregoado, não tem proporcionado bem-estar às populações, muito longe disso, as desigualdades estão se acentuando. A esse respeito Ianni (1998) afirma que o capitalismo global não implica somente em neoliberalismo, mas, sobretudo em um subproduto nazifascista, que pode ser concebido como

um produto extremo e exacerbado das mesmas forças sociais predominantes na fábrica da sociedade mundial administrada em moldes neoliberais. Uma fábrica na qual se fabricam e refabricam desigualdades, tensões e contradições atravessando todo o edifício” (IANNI, 1998, p. 115).

As críticas a este modelo político-econômico que denominamos de capitalismo são realizadas por outros autores, tal como Gentili (1996), Santos (2002), Mézaros (2009), Fraser (2020). Assim, em diferentes fases da implementação desse modelo econômico, este carrega consigo problemas estruturais tais como: desumanização e exclusão social, exploração e

expropriação⁷ do trabalho, subordinação e extermínio das populações racializadas, exploração e violência de gênero das mulheres e uso indiscriminado dos recursos naturais.

Gentili (1996) afirma que o neoliberalismo se apresenta com um discurso que propicia a construção de uma ordem hegemônica, onde se é implementada por uma série de reformas e por outras estratégias culturais. Nesse sentido, o discurso neoliberal se sustenta a partir da disseminação do discurso de crise de maneira sistemática, logo, se existe crise, exige-se uma intervenção e mudança. O autor afirma que o neoliberalismo tem seu delineamento claro no contexto da crise capitalista da década de 1960, onde se apresenta com um duplo processo para a consolidação de sua hegemonia, o primeiro processo refere-se à “alternativa de poder” e o segundo ao “projeto de reforma ideológica”. Deste modo, para estabelecer o seu sucesso ele precisou se valer da lógica discursiva no campo material (econômico) e no campo simbólico (cultural) tendo os intelectuais Milton Friedman, Friedrich Hayek e Ludwig Von Mises como seus principais expoentes.

Para Fraser (2018) vivemos em meio a uma crise de caráter político, de ordem global, uma crise vasta e multifacetada, de vertente ecológica, social e econômica, causada pelo capitalismo. Estes fatores articulados entre si são constituintes da crise, entretanto, atrelado a eles, existe outros obstáculos externos, de ordem não política, que fornecem outros elementos para a compreensão desse fenômeno. A autora afirma que no caso dos Estados Unidos esses obstáculos residem na

Metaestatização das finanças; a proliferação de empregos precários no setor de serviços, como aqueles no McDonald's; o inchamento da dívida dos consumidores para permitir: a compra de produtos baratos produzidas alhures; o crescimento simultâneo das emissões de carbono, de condições climáticas extremas e do negacionismo climático; o encarceramento racializado em massa e a violência policial sistêmica; e o crescimento do estresse na vida familiar e comunitária, graças, em parte, ao prolongamento das horas de trabalho e à diminuição dos auxílios sociais (FRASER, 2018, p. 44).

Ao analisar os problemas que Fraser descreve que são vivenciados pelos Estados Unidos, percebe-se que aqui o contexto latino-americano os problemas são muito parecidos, e que estes são decorrentes do desenvolvimento de um sistema econômico expropriativo e plutocrático.

⁷ Ato de expropriar, que por sua vez significa desapossar alguém de sua propriedade segundo as formas legais.

A crise ecológica explicitada por Fraser (2018) advém do modelo capitalista baseada no consumo, que permite que a produção se dê com o uso indiscriminado dos recursos naturais, que tende a se esgotar, pondo fim às fontes que asseguram a própria reprodução do sistema capitalista. Nesse processo cada vez mais voraz de destruição da natureza é que nasce a crítica a esse modelo econômico por meio de diversos movimentos sociais, que reivindicam um modelo de desenvolvimento econômico que preserve o meio ambiente para as futuras gerações (SANTOS, 2002), sendo a educação um importante espaço para se repensar essa lógica.

Decorrente desse processo o movimento ecologista se organiza a partir da possibilidade de destruição e esgotamento dos recursos naturais, propondo alternativa a forma atual de desenvolvimento econômico, articulando-as em três perspectivas “adopção de estratégias antidesenvolvimentistas, assentes na subsistência e no respeito da natureza e da produção natural” (SANTOS, 2002, p. 7).

O sistema capitalista tem como objetivo a acumulação de riqueza, e nesse movimento há um desrespeito à vida, ao ecossistema, e aos organismos que fazem parte do mundo e da sociedade em que vivemos. Para tanto faz-se necessário pensar em alternativas a esse modelo que concilie os direitos e garantias dos seres humanos e, bem como, integrando o meio ambiente, a fim de preservar a manutenção da vida no planeta,

O enfrentamento aos problemas decorrentes desse sistema hegemônico do capital perpassa pelo processo educacional, que tem o poder de incutir nas classes populares o pensamento contra hegemônico e crítico, que dotará o indivíduo de perspectivas culturais e ideológicas distintas do ideário capitalista.

O NEOLIBERALISMO E A SUA INSERÇÃO NA EDUCAÇÃO

No contexto educacional vivenciamos uma ofensiva neoliberal, que se apresenta por meio da crise da qualidade da educação, assim, para os defensores do neoliberalismo a escola enfrenta uma crise de improdutividade e uma das soluções para este problema reside na adoção de práticas gerenciais, advindos da administração.

Para Laval (2019) o neoliberalismo é o ponto articulador que degrada em escala global as formas de vida, do trabalho, e, por conseguinte, das instituições de criação e transmissão de saber. Nesse sentido, em sua obra “a escola não é uma empresa” ele faz uma análise do ensino público francês, tecendo críticas e levantando questões sobre o aparelhamento da escola aos

objetivos empresariais do mercado, correlacionando os problemas educacionais franceses com os movimentos ocorridos nos Estados Unidos e na Inglaterra. Ao colocar a escola no centro da sua discussão, ele anuncia que “a escola passa por uma crise crônica (...) uma crise de legitimidade” (LAVAL, 2019, p.15).

Para o autor as críticas sociológicas, políticas e liberais ao ensino e à escola tem proporcionado a criação de uma visão da escola como uma instituição ineficaz e inútil; o conhecimento que visa à emancipação do sujeito é visto como inútil; e a docência como uma profissão sem reconhecimento e valorização, sendo estes fatores considerados no âmbito da crise sistêmica para a aplicação das reformas.

Na ótica neoliberal essas reformas são apresentadas para a sociedade com uma representação imagética que se organiza a partir dos seguintes elementos “criança-rei, da empresa divinizada, do gestor educacional, do estabelecimento descentralizado, do pedagogo não-diretivo, do avaliador científico e da família consumidora” (LAVAL, 2019, p. 17). Para o autor a escola neoliberal apregoa o individualismo, o gerencialismo e a instituição de uma pedagogia que visem à transformação cultural e econômica, de forma que os indivíduos estejam aptos para se desenvolver na sociedade de mercado, de forma autônoma e empreendedora. De acordo com Freitas (2018) “A educação é o caminho pelo qual as mudanças possam acontecer” (FREITAS, 2018, p. 13).

A escola neoliberal na concepção de Laval (2019) pode ser compreendida como:

(...) a designação de certo modelo escolar que considera a educação um bem essencialmente privado, cujo valor é acima de tudo econômico. Não é a sociedade que garante o direito à cultura a seus membros, são os indivíduos que devem capitalizar recursos privados cujo rendimento futuro será garantido pela sociedade (LAVAL, 2019, p. 17).

Nessa lógica, a escola neoliberal e privatização são faces da mesma moeda, forjadas na ideia de que quanto menor o Estado, mais liberdade os indivíduos terão para buscarem as suas melhorias, e que o mercado deve atuar de forma livre e sem barreiras na oferta de bens e serviços. É na busca do aperfeiçoamento e da expansão do capitalismo que o ideário neoliberal se faz presente na educação, pois é por meio dela que a hegemonia capitalista se sustenta e se refaz em todos os momentos.

Ressalta-se que este liberalismo tem em seu construto moderno, defensores intelectuais como Hayek, Popper, Friedman, Buchaman, que defendiam que o estado devia se retirar e

deixar o livre mercado atuar. No entanto, a crise do capital encontra-se em seu estado mais avançado, visto, que para o seu desenvolvimento, esgotam-se os recursos naturais, polui o meio ambiente, oprime pessoas e mata (FREITAS, 2018). Nesse sentido, as reformas educacionais implantadas na atualidade, tem o seu viés advindo da economia, que se originaram a partir do estabelecimento da nova direita, que se fundamentou no liberalismo clássico do século XIX, combinado a isso com o autoritarismo social.

A origem das reformas educacionais tem sua raiz no liberalismo clássico, que promoveu intensas transformações propiciou a expansão e crise do capitalismo. No Brasil, o seu processamento de forma mais estrutural aconteceu nas gestões do presidente Fernando Henrique Cardoso⁸. Nesse sentido, com a crise do capital as reformas chegaram como forma de acelerar as mudanças na escola e consolidar o pensamento hegemônico do capitalismo. É nesse contexto que os reformadores empresariais produziram os protocolos que serviriam como base para a redução do Estado e a expansão do mercado na dimensão dos serviços sociais, que agora se torna um produto comerciável (FREITAS, 2018).

Para o neoliberalismo o fundamento das relações humanas está no empreendimento do esforço humano para se estabelecer na condição de indivíduo livre, ou seja, viver no contexto do capitalismo assemelha-se a se constituir nos moldes de uma empresa. Portanto, o pensamento dos reformadores no que concerne à educação é entregar a formação do indivíduo para a iniciativa privada, pois esta se encontra com melhores condições de ofertar uma educação de qualidade voltada para as demandas do mercado e da sociedade.

Nesse viés, faz-se necessária uma discussão sobre a política dos *vouchers* educacionais (implantado no Chile), o papel que o Estado e o neoliberalismo representado nesse modelo, assim, ao dotar o indivíduo com um cheque educacional, permitirá a cada cidadão a utilização do valor creditado na escola que melhor lhe convém, esse processo ocasionará à escola pública o seu enfraquecimento, e enriquecimento do setor privado, sem que isso represente melhorias educacionais.

Assim, o campo de disputa engendrado pelo setor privado na educação, quer seja na expansão do mercado educacional, quer seja na ocupação dos espaços de poder, cabendo-nos aqui a reflexão que o mercado defende um Estado mínimo nas atividades econômicas, para atuar

⁸ Professor, sociólogo, cientista político, escritor, político brasileiro, presidente do Brasil em dois mandatos (1994-2002)

livremente, entretanto, quando existe um obstáculo para obtenção do lucro, é ao Estado que este recorre para a resolução dos problemas.

Freitas (2018) afirma que o reforço neoliberal à meritocracia é evidente, logo, diante da lógica capitalista, se você estuda em uma escola pública é porque não se esforçou o suficiente. Há uma divisão de classes no contexto educacional, a classe A pode bancar as escolas mais caras do Brasil, a classe B e C se esforça para pagar as escolas que tem preços mais acessíveis e, em alguns casos, utiliza os *vouchers* educacionais e a classe D e E que é formada pela grande classe trabalhadora do Brasil envia os filhos para a escola pública previamente sucateada.

Além da divisão de classes educacionais, há um movimento mercadológico, no Brasil que define o que são escolas boas e escolas ruins. Todos os anos há um ranking baseado no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) que avalia o desempenho dos discentes de cada escola. A performance de escolas públicas e particulares de todo o país no Enem considera as médias das provas objetivas e da redação. Quanto maior forem as notas dos discentes, maior será a média da escola e, conseqüentemente, melhor a sua posição no *ranking* do Enem. A partir dessa lógica, vemos um modelo neoliberal e competitivo dentro do contexto educacional para “vender” as melhores instituições para estudar.

Freitas (2018) ressalta, ainda, que essa tradição privatista da educação é denominada de formas distintas pelos estudiosos do tema, a saber: reforma empresarial de origem estadunidense; movimento global de reforma educacional, como o nome já anuncia, tem sua amplitude internacional; e por fim, o movimento da “nova gestão pública”. Cabe ressaltar que a política educacional articulada pela nova direita é complexa, no sentido de fazer o seu desenho, pois ela apresenta múltiplas facetas em seu desenvolvimento e adquire formas distintas em cada lugar.

No caso brasileiro a arena encontrada para estas reformas empresariais, tem seu formato distinto do que aconteceu nos EUA, pois aqui ocorreu por meio do terceiro setor, e das atividades meio, não necessariamente pelo fim (FREITAS, 2018). Para Laval (2019) o movimento das reformas do sistema francês também é diferente do nosso sistema, visto que aqui temos um ensino privado mais amplo e articulado do que na França e as nossas taxas de acesso às universidades brasileiras são inferiores ao acesso dos franceses.

As reformas neoliberais empreendidas nunca têm fim, e sempre estão em busca de aperfeiçoar a forma de intervir na educação. Nesse sentido, no Brasil as reformas começaram

inicialmente pela reforma do Estado, que fora empreendida pelo MARE- Ministério da Reforma do Estado, que propõe a substituição da função do Estado como provedor direto de bens e serviços e do controle centralizado do conjunto das atividades sociais em funções de coordenação e regulação legal.

Essa reforma teve implicações no campo financiamento, que se processou por meio de políticas focalizadas, reduzindo recursos e responsabilizando a sociedade. E por fim, reverberou no currículo, por meio de orientações curriculares, que começaram com os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN, até chegar à atual Base Nacional Comum Curricular – BNCC. O que não mudou em nenhuma dessas etapas é o estilo de como é a tomada de decisão de cima para baixo (*top down*) e que “o objetivo final deste movimento é a retirada da educação do âmbito do “direito social” e sua inserção como “serviço” no interior do livre mercado, coerentemente com sua concepção de sociedade e de Estado” (FREITAS, 2018, p. 42)

A privatização educacional é uma forma meio de expandir a atuação do mercado e ampliação de lucro do capital. Nesse sentido, para o autor, o objetivo central da reforma empresarial da educação é a privatização. Sendo esta privatização como sinônimo de qualidade para todos e de melhoria de oferta do serviço, quando na verdade ela é profundamente desigual. Promovendo uma formação que reforça a exploração dos jovens periféricos e negros frente à exploração do capital, portanto, essa educação para todos apresenta traços excludentes e elitistas.

A privatização da educação se processa de diversas maneiras, sendo a mais a retirada do estudante da escola pública para a escola privada. Entretanto, aqui no Brasil para além do mercado privado, podemos sinalizar modelos de terceirização, a exemplo, do PROUNI- Programa Universidade para Todos no nível superior e o Sistema S na educação básica e ainda as PPP - Parcerias Público-Privada.

A terceirização da gestão, por meio de consultorias externas, se apresenta como uma forma de reposta à responsabilização por meio de testes padronizados e as aplicações do currículo como a BNCC, onde os gestores buscando melhorar os resultados são seduzidos a comprar esses produtos, ofertados pela iniciativa privada e amplamente divulgados pela mídia como a solução dos problemas educacionais. Entretanto, estudos nas escolas americanas apontam que essa política educacional mediada por busca de testes padronizados resultou

melhorias apenas em matemática na 8ª série e nos demais anos e na Língua Portuguesa não teve melhoria alguma.

Deste modo, a privatização, a terceirização e as PPP são meios encontrados pelo capitalismo para se apropriar e dominar o sistema educacional, inculcando no ideário da sociedade que a lógica da escola pública é ineficiente, e que esta deve ser passada para o mercado, os estudos apontam que a lógica privatista se apresenta como uma alternativa para os problemas da escola pública, e que, no entanto, os resultados apresentados não são superiores, nesse sentido,

seu fracasso desmonta o conjunto da proposta e revela que sua manutenção como alternativa ao ensino público só se sustenta pelas necessidades de controle político e ideológico do aparato escolar, para que ele atenda a interesses específicos de uma parcela da população – os próprios empresários e suas corporações –, o que representa uma dupla interdição ética: pelos números e pelas finalidades (FREITAS, 2018, p. 75).

O ensino por meio do modelo da BNCC - Base Nacional Comum Curricular adotada no país, além de definir o que ensinar, também definirá o como ensinar, modelando assim os cursos de formação de professores, que se esvaziará da perspectiva de promoção da reflexão crítica acerca dos fatores que se coadunam, para a projeção da imagem da escola pública como um lugar atrasado e ineficiente, ou seja, existe uma intencionalidade política para a construção de um sistema público de educação frágil, sendo sempre objeto de intervenção privatista.

Portanto, nesse contexto há uma inversão do que deveria ser o papel do Estado frente à educação, assim boa educação e direito de ser educado é convertida em boa aprendizagem e direito de aprender. Precisamos ressaltar a importância da mídia no apoio a estas reformas, divulgando os indicadores que induzem que a escola pública é ruim, ineficaz e ineficiente.

A mídia cria um senso comum favorável às reformas, recorrendo a avaliações internacionais da educação brasileira para exaltar o caos educacional existente, ou contrasta escolas públicas com escolas privadas de bom desempenho e dá publicidade a casos de sucesso (p.ex. Sobral, no estado do Ceará) que possam ser elevados à condição de modelo, sugerindo a viabilidade destas políticas (FREITAS, 2018, p. 80)

Esse artifício encontrado pelo capitalismo que por meio das mídias incute no imaginário do senso comum que o serviço público educacional é oneroso e sem qualidade, e que, se quiserem algo melhor para os seus filhos, o caminho possível é a retirada da escola pública, ainda que essa transferência seja para uma escola privada sem qualidade. Nesse sentido, o

capitalismo enquanto uma ideologia sustentada pela acumulação do capital, possui poder sobre a circulação de informações, determinando a lógica discursiva, que cria e recria mitos de forma que estes sempre priorizem a manutenção da sua hegemonia.

A crise que estamos vivendo na educação é fruto não da ineficiência do setor público, mas da ofensiva organizada do neoliberalismo à educação, potencializado pelo poder do *marketing* – basta observarmos nos grandes centros a quantidade de *outdoors* com o número de aprovados no Enem/vestibular para curso de Medicina pelas escolas privadas como forma de mostrar o sucesso de pertencer a determinada escola. Enquanto isso, a classe trabalhadora assiste todos os dias nos meios digitais que a escola pública está sucateada e não pertence aos melhores *rankings* e, portanto, não garantirá aos seus filhos as melhores oportunidades.

O GOLPE E A CONSOLIDAÇÃO DE UM NEOLIBERALISMO RADICAL

As reformas educacionais partiram da coalizão político-partidária encabeçada pelos partidos PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira e PFL - Partido da Frente Liberal, uma aliança centro/direita, que implementaram reformas na educação com bases nas reformas neoliberais ocorridas no EUA. Entretanto, com a vitória nas eleições de uma aliança mais progressista, ou de modo simples, com a chegada do PT - Partidos dos Trabalhadores ao poder, ao contrário do que se esperava, essas reformas em curso não pararam, mas de algum modo perderam a força com a qual vinham ocorrendo no sistema educacional (FREITAS, 2018).

Deste modo, apesar das críticas, na década em que o PT esteve no poder mudanças substanciais aconteceram no campo da legislação e no próprio modo de pensar a educação, de forma que as conquistas desse período sinalizam para uma maior seguridade do direito à educação, financiamento e valorização profissional. De acordo com Gentili e Oliveira (2013) essas mudanças engendradas durante a passagem de Luiz Inácio Lula da Silva (2003 – 2010) e Dilma Vana Rousseff (2011 – 2016) no poder culminaram com a mudança “da fisionomia da educação brasileira” (GENTILI; OLIVEIRA, p. 253).

No plano de governo que levou Lula ao poder, o ponto concernente à educação foi denominado “uma escola do tamanho do Brasil”. Nele indicava que haveria uma pausa das reformas neoliberais que estavam em curso, e que como saldo positivo da gestão apresenta-se: o aumento contínuo do investimento da educação, ampliação da obrigatoriedade escolar (Emenda Constitucional 59); Reorganização do financiamento para a Educação Básica

(Emenda Constitucional 53); Instituição do PSPN - Piso Salarial do Profissional da Educação (Lei Nº 11.738/2008).

O Ensino Superior foi expandido e teve mudanças significativas durante essas gestões, nos períodos anteriores à chegada do PT ao poder, esse nível de ensino vinha sendo ofertado com políticas de mercantilização, chegando ao crescimento de 200% de número de instituições privadas (GENTILI; OLIVEIRA, 2013). Nesse sentido, em busca de propiciar um maior número de vagas no Ensino Superior foi criado o Prouni, onde o governo federal buscou o sistema privado existente na oferta de vagas para alunos que cumprissem os requisitos estabelecidos para compor o programa. Nesse sentido, o programa ainda que em seu bojo ele traga contradições e limitações de maneira ele apresenta impactos positivos, deste modo,

O Prouni não fez outra coisa senão dotar de sentido público e social um segmento do sistema educacional marcado por prebendarismo, especulação, baixa qualidade, interesse de lucro e falta de controle estatal. Da mesma forma, põe em evidência o interesse colocado pelo governo Lula e pela gestão do seu ministro da Educação, Fernando Haddad, de fazer uso de todos os meios ao seu alcance para promover a democratização da educação como instância iniludível no processo de democratização da sociedade brasileira (GENTILI; OLIVEIRA, 2013, p. 257)

Ainda nesse período, o Ensino Superior Público obteve grandes conquistas por meio do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, que representou a expansão do ensino público, interiorização das universidades federais, e aumento significativos no número de novas instituições. Coadunando com essa expansão, podemos assinalar que a política de cotas no sistema federal propiciou para a população racializada e pobre possibilidades de acesso à universidade, trazendo para essas pessoas múltiplas possibilidades de realização profissional.

O primeiro mandato do presidente Lula enfrentou dificuldades no combate ao modelo vigente e troca de ministro. As mudanças sociais que foram apresentadas nesse período permitiram mudanças no panorama da pobreza, por meio do Programa Bolsa Família, Projovem, Primeiro emprego. Entretanto, ainda vigorou por um período no âmbito do pacto federativo um modelo de atendimento focalizado, a exemplo do financiamento via Plano de Trabalho Anual – PTA.

No segundo mandato foi possível observar mudanças mais concretas, que de fato caracteriza a face da gestão do PT, por meio da organização de planos, diretrizes e fomento de participação popular, a saber: PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação (Decreto

094/2007), Planos de Metas Compromisso Todos Pela Educação (Decreto Nº 6.094/2007), IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, PAR - Plano de Ações Articuladas, DCN - Diretrizes Curriculares Nacionais, PSPN - Piso Salarial Profissional Nacional, Profucionário, Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica, CONAE - Conferência Nacional de Educação FNE - Fórum Nacional de Educação. O último mandato de Lula foi realizado em meio há diversas mudanças estruturais no país, nesse sentido, houve avanços, disputas e contradições que cabem ainda pesquisas, reflexões e críticas, deste modo, é importante destacar que a política educacional implantada por meio do PDE/PAR, inaugura uma discussão importante sobre o Pacto Federativo e as relações entre os entes federados. Para Saviani, essa proposta de melhoria da educação tem características de um plano que “visa responsabilizar principalmente os gestores municipais pela qualidade do ensino, assegurando-se apoio técnico e financeiro da União com eventual colaboração do estado” (SAVIANI, 2009, p. 24).

Ressalta-se que essa frenagem ao movimento neoliberal na condução da política educacional brasileira, bem como em outros setores do setor público, foi encarada com descontentamento pelo setor privatista e pelo mercado. Soma-se a este contexto a crise do capital que vinha ocorrendo no cenário mundial, o que culminou com o golpe jurídico parlamentar de 2016, recolocando a direita e os interesses privados no centro da condução do país. Assim, as reformas educacionais dos anos 1990, que em linhas gerais trouxeram uniformização pedagógica (PCN), padronização dos testes, e responsabilização (*accountability*), se apresentaram com o discurso dos grupos privatistas, que por meio da mídia consolida o discurso de que a escola pública é um gasto sem retorno, visto que esta não tem alcançado seus objetivos. De acordo com Saviani (2017), o golpe-jurídico-parlamentar que foi dado na democracia brasileira, com a retirada da presidenta Dilma Rousseff, foi fomentado pelos movimentos externos, internos e a influência do capital sobre ambos.

Nesse sentido, o golpe se deu a partir do não reconhecimento da reeleição da presidente Dilma, com isso, uma crise política foi instaurada pelos partidos reacionários de direita e conservadores, que imbuídos do discurso de combate à corrupção conseguiram o seu intento de atentar contra a democracia por meio de um golpe. Entretanto, de acordo com Saviani (2017), o argumento utilizado por estes grupos era facilmente desmontado, visto que foi nos governos do PT que o processo de aparelhamento e de investigação foi realizado pela Polícia Federal, ou

seja, foram dadas as condições objetivas de investigações, sem intervenção política. É possível afirmar que a corrupção amplamente divulgada pela mídia, e atribuída como fruto da gestão do PT, na verdade teve início em outras gestões, portanto a corrupção nos setores públicos e estatais não é fruto de um único partido.

A democracia fundada na sociedade moderna é carregada de contradição, pois esta sociedade está dividida em classes e essa fragmentação acaba por privilegiar um grupo em detrimento de outros. No caso brasileiro, o golpe-jurídico-parlamentar consagrou uma ruptura no Estado Democrático de Direito, com essa cisão a democracia, onde soberania popular está no centro, foi ameaçada e fragilizada.

Alves (2017) expõe que o golpe-jurídico-parlamentar derrubou uma presidenta, bem como o programa neodesenvolvimentista de esquerda, fragmentou o lulismo e recompôs e organizou a direita de forma que uniu a direita ideológica (PSDB) e a direita fisiológica (PMDB), e no âmbito da sociedade civil receberam o apoio de movimentos favoráveis, de setores da classe média raivosa, e da mídia golpista e neoliberal.

A narrativa do golpe foi sustentada pela crise política entre o PT e a ala neoliberal do PMDB, nesse contexto, o golpe precisa ser estudado a partir dos elementos que o diferenciam dos golpes anteriores, sendo um único elemento que articula a possibilidade de manter em curso as reformas neoliberais (LIMA, 2017).

A faceta do golpe apresenta outros atores que de maneira direta influenciaram na construção da conjuntura do golpe, nesse sentido, em busca do controle pela América Latina. O Estado Unidos/Washington/ Wall Street se articularam para que com o golpe um importante país estivesse sob seu controle, ressalta-se que essas mesmas forças estavam presentes no golpe de 1964, que impôs ao Brasil 20 anos de ditadura (BEZERRA NETO; SANTOS, 2017).

Com o golpe consumado, os desdobramentos que se seguiram trouxeram um cenário de incertezas para a educação pública, de modo, ao analisarmos as ações realizadas pelas gestões no pós-golpe percebe-se que existe um esfacelamento com sucessivos cortes no orçamento, bem como ausência de uma condução ética do Ministério da Educação (MEC).

Nessa direção, os ataques ao ensino público se constituem por meio da Emenda Constitucional 95, que congelou os gastos públicos por 20 anos; reformas trabalhistas que trazem aos trabalhadores, de modo em geral, uma precarização nas relações do mundo do

trabalho, e que no setor educacional fragiliza o processo educacional e a própria formação docente.

Com o processo de privatização do pré-sal a educação perdeu os recursos dos *royalties* que viria para o financiamento do sistema educacional; a Escola Sem Partido, que pretende controlar a autonomia didático-pedagógica dos professores; o *homeschooling* que se apresenta como uma alternativa aos pais que querem seus filhos educados de acordo com os próprios princípios e valores; e por fim, o PECIM - Programa Escola Cívico Militar como uma alternativa para o controle e a repressão dos corpos, que se apresenta com dupla finalidade, uma como forma da terceirização da gestão educacional e outra com a retirada da autonomia dos professores.

Freitas (2022) ao analisar a conjuntura socioeconômica na atualidade se propõe a discutir a política educacional e suas implicações na política educacional. Nesse sentido, o autor se propõe a fazer uma análise de conjuntura a partir de dois eixos estruturantes, a saber: o impacto da conjuntura socioeconômica na construção da política educacional e as dificuldades impostas por essa política na formação dos professores.

Nesse sentido, o autor evidencia a importância de fazermos uma análise crítica sobre as finalidades educativas e que este é o ponto essencial para enfrentarmos a ofensiva liberal da educação. Assim, a organização pedagógica se torna uma ferramenta indispensável para que a formação ideal concretize as finalidades educacionais. Portanto, a discussão central da análise perpassa pela articulação “finalidades, organização do trabalho escolar, e formação do magistério” (FREITAS, 2022, p. 1).

“É pela micropolítica da escola que a macropolítica se firma ou se perde” (FREITAS, 2016 p, 146). De acordo, com o excerto o autor nos propõe a análise acerca de como a escola se apresenta como um fator relevante para que uma política educacional se consolide. Nesse cenário, da macropolítica os reformadores empresariais se apresentam como muita voracidade buscando consolidar a hegemonia do pensamento privatista e de responsabilização. Entretanto, é na micropolítica que o sucesso ou fracasso vai ser ditado. “É no interior da escola que se joga o destino das políticas públicas maiores” (FREITAS, 2016, p. 147). Nesse sentido, é salutar que voltemos nosso olhar para a micropolítica, pois nela vamos encontrar o impulso para pensar as macropolítica.

AS CONSIDERAÇÕES DE UM TORMENTO QUE HÁ DE TER FIM

O que percebemos nos 10 anos de mandato do governo Lula e Dilma que o Brasil mudou para melhor, pois houve uma mudança significativa dos direitos sociais – saúde, educação e moradia - adquiridos pela classe trabalhadora. Entretanto, por mais que tenhamos avançado sob a égide da democracia, vemos uma política neoliberal que defende o Estado mínimo, o livre mercado, o controle de gastos públicos e privatização como uma opção de doutrina econômica.

Nesse contexto, sabemos que a política educacional brasileira passa por momentos de retrocessos e avanços. Destarte, devemos ter o olhar crítico e reflexivo para os processos que são advindos de forças externas por meio da ideologia capitalista, assim como de forças internas advindas da resistência social, a primeira buscando manter a sua hegemonia e a segunda na tentativa de tornar-se hegemonia.

No entanto, a partir das leituras e discussões acerca da temática percebemos que essa luta é desigual, tendo em vista que a burguesia detém os meios de produção e de influência sobre a sociedade, ou seja, detém a hegemonia. Deste modo, ao observarmos o modo como o neoliberalismo tem atuado nos países periféricos, e neste caso, nos países latino-americanos, perceberemos que para além da intervenção na economia, o controle, a regulação, a atuação e interesse avançam para diversas áreas, como, por exemplo na educação.

Essas reformas educacionais engendradas pela hegemonia neoliberal são alicerçadas, e retificadas pelos discursos de crise da qualidade e do sistema educativo, portanto, justificando por meio de reformas, de adequações, e controle de gastos dentro de sistema. Assim, a instituição do golpe jurídico-parlamentar-midiático trouxe retrocessos significativos e prejuízos a curto e longo prazo para a educação, pois permitiu que reformas neoliberais impopulares fossem realizadas em diversas áreas.

O momento pós-golpe corroeu o sistema educacional público, que detém 80% das matrículas brasileiras da educação básica, e ao mesmo tempo tem um papel importante na formação da classe trabalhadora do nosso país, tudo isso, permitiu que um sentimento de desesperança consumisse parte da população e colocasse em dúvida os direitos assegurados na no artigo 5º da constituição federal.

A implantação do modelo educacional na perspectiva neoliberal acaba por eliminar expectativas da população menos favorecida economicamente, que ao acompanhar os rankings educacionais, as fakenews compartilhadas pelas mídias digitais, a implícita condução para a

meritocracia do modelo neoliberal, torna a população refém de uma ideologia de caráter burguês.

Nesse sentido, restam muitos desafios, e cabe-nos lutar pelo espaço de resistência de uma educação pública, gratuita e de qualidade socialmente referenciada buscando um caminho para impedir o retrocesso e fortalecer a democracia.

REFERÊNCIAS

ALVES, Geovani. Notas sobre o Golpe de 2016 no Brasil Neodesenvolvimentismo ou Crônica de Uma Morte Anunciada. LUCENA, Carlos; PREVITALI, Fabiane Santana; LUCENA, Lurdes (Org). **A crise da democracia brasileira**. v. I, Uberlândia: Navegando Publicações, 2017.

BEZERRA NETO, Luiz e SANTOS, Flávio dos Reis. Agosto de 2016: a verdadeira face do golpe de Estado no Brasil. LUCENA, Carlos; PREVITALI, Fabiane Santana; LUCENA, Lurdes (Org). **A crise da democracia brasileira**. v. I, Uberlândia: Navegando Publicações, 2017.

FREITAS, L. C. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FREITAS, Luiz Carlos de. Anotações sobre a conjuntura e a política educacional Disponível em: <https://avaliacaoeducacional.com/2022/04/06/anotacoes-sobre-a-conjuntura-final/> Acessado em: 15 de maio de 2022.

FREITAS, Luiz Carlos de. Três teses sobre as reformas empresariais da educação: perdendo a ingenuidade. **Cadernos Cedes**, v. 36, p. 137-153, 2016.

FRASER, Nancy. **Capitalismo em debate: uma conversa na teoria crítica**. São Paulo: Boitempo, 2020

FRASER, Nancy. Do neoliberalismo progressista a Trump – e além. **Política & Sociedade** - Florianópolis - Vol. 17 - N° 40 - Set./Dez. de 2018.

GENTILI, P. Neoliberalismo e educação: manual do usuário. In: SILVA, T. T. da & GENTILI, P. (Orgs.). **Escola S.A.: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo**. Brasília, DF: CNTE, 1996, p. 9-49.

GENTILI, Pablo e OLIVEIRA, Dalila Andrade. A procura da igualdade: dez anos de política educacional no Brasil. In: SADER, Emir (Org). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. - São Paulo, SP: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil 2013. Págs. 253 -263

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. Ed. Loyola, 2008.

IANNI, Octavio. Neoliberalismo e nazi-fascismo. **Crítica Marxista**, São Paulo, Xamã, v.1, n.7, 1998, p.112-120.

LAVAL, Christian. **A Escola não é uma empresa**. São Paulo: Boitempo, 2019.

LIMA, Antonio Bosco de. O golpe. LUCENA, Carlos; PREVITALI, Fabiane Santana; LUCENA, Lurdes (Org). **A crise da democracia brasileira**. v. I, Uberlândia: Navegando Publicações, 2017.

SAVIANI, Dermerval. **PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação**: Análise crítica da política do MEC. São Paulo: Autores Associados LTDA. 2009.

SAVIANI, Dermeval. A crise política no Brasil, o golpe e o papel da educação na resistência e na transformação. LUCENA, Carlos; PREVITALI, Fabiane Santana; LUCENA, Lurdes (Org). **A crise da democracia brasileira**. v. I, Uberlândia: Navegando Publicações, 2017.